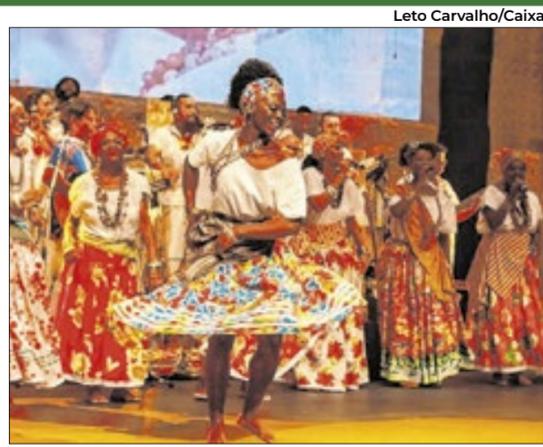


CORREIO NACIONAL



Leto Carvalho/Caixa

Inscrições seguem até o dia 13 de junho

Caixa Cultural vai investir R\$ 120 milhões em projetos

Caixa Econômica Federal lançou nesta terça-feira, 29 de abril, a Seleção Caixa Cultural – Programação 2026/2027. O edital de ocupação dos espaços culturais do banco vai investir R\$ 120 milhões na seleção de projetos que vão compor a agenda de suas oito unidades entre janeiro de 2026 e dezembro de 2027. A Caixa Cultural conta com unidades nas cidades de Brasília (DF), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). A

novidade desta edição é a inclusão no edital da cidade de Belém (PA), que terá sua unidade inaugurada em outubro de 2025, como parte das ações do banco para a COP30. O objetivo da Seleção Caixa Cultural é nacionalizar o investimento cultural e mostrar em nossos palcos e galerias a diversidade das culturas brasileiras. Assim, cumprimos o propósito da Caixa e do Governo Federal de transformar a vida das pessoas”, afirma o presidente do banco, Carlos Vieira.

Celular seguro I

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 aponta que os roubos e furtos de celulares funcionam como porta de entrada do crime organizado para o mundo virtual e são peça importante no crescimento da sensação de medo e insegurança da população. Com o objetivo de ampliar a recuperação

de aparelhos e enfraquecer o mercado ilegal, o Governo Federal iniciou uma nova etapa do Programa Celular Seguro. Mensagens automáticas são enviadas por WhatsApp a celulares que tiverem sido cadastrados como roubados, furtados ou perdidos e que tiverem chip trocado posteriormente.

Celular seguro II

A intenção é desmontar as engrenagens que lucram com roubo, furto e revenda de celulares, sem criminalizar o consumidor de boa-fé. A atuação é voltada principalmente a redes de recepção e revenda, que usam o comércio informal para movimentar aparelhos roubados. “O foco está em

quem lucra com o crime, não no cidadão comum que comprou sem saber. O objetivo é restituir o aparelho à vítima e coibir o mercado criminoso que financia outras atividades ilegais”, disse o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Manoel Carlos de Almeida Neto.

Celular seguro III

Segundo dados do Anuário, em 2023, o número de furto de celulares no Brasil caiu 10,1% em comparação a 2022. Foram registrados 442,9 mil furtos em 2023, contra 492,9 mil em 2022. A queda foi registrada em 21 das 27 unidades da Federação. Já em relação aos roubos, houve estabilidade: 490

mil em 2022 e 494 mil em 2023. Ainda assim, 12 estados registraram queda. Rio de Janeiro, esse tipo de ocorrência teve queda de 4,3%, com 100,9 casos a cada 100 mil habitantes em 2022 contra 96,5 em 2023. Em relação ao número de furtos, houve um aumento de 9,6%, com 187 registros.

Parceria tecnológica

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Coordenação-Geral de Ciência do Clima, estabeleceu um plano de trabalho com a Associação Brasileira das Indústrias de Vidro com o objetivo de aprimorar as estimativas das emissões de gases de efeito estufa

de categorias do Inventário Nacional. A iniciativa faz parte de um esforço para garantir a atualização contínua e sistemática de informações para contribuir com o aprimoramento do Inventário Nacional, fonte oficial das emissões e remoções de GEE do país.

Educação internacional

Excelência formativa, acolhimento e equipes receptivas. Essas foram as palavras escolhidas pelo angolano Fernando Mateus Sito para descrever a sua experiência na realização de residência em cardiologia clínica no Hospital Universitário da Universidade Federal

do Maranhão (HU-UFMA) durante o Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil-Angola, que conta com a contribuição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers), entidade vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Com ajuda do BNDES, PIB gaúcho cresce 4,9% em 2024

Banco destinou R\$ 32,4 bi à recuperação do Rio Grande do Sul

Fernando Gomes/ALRS

Assolado por uma tragédia climática iniciada em abril de 2024, com extensão ao longo do mês seguinte, o Rio Grande do Sul recebeu no ano passado R\$ 39,3 bilhões em financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O valor faz parte do pacote de socorro montado pelo Governo Federal, que somou mais de R\$ 111,6 bilhões, utilizados para apoio emergencial dos atingidos e para a recuperação econômica do Estado.

A destruição causada pelas chuvas que iniciaram em 28 de abril de 2024 foi o ponto de partida para as discussões do Primeiro Grande Debate do Fórum Democrático - Pacto 25: O crescimento sustentável é agora. O evento, promovido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), em Porto Alegre, teve Mercadante como convidado principal. Realizado no Salão Nobre da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre UFCSPA, o encontro marcou o primeiro ano da tragédia ambiental que assolou boa parte do Estado. A diretora de Crédito Digital para MPMEs e Gestão do Fundo Rio



Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, com o governador Eduardo Leite

Doce, Maria Fernanda Coelho, também participou da agenda na capital gaúcha.

Na avaliação do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o apoio do Banco, que incluiu também medidas emergenciais para a reconstrução do estado, contribuiu para o crescimento de 4,9% do PIB gaúcho em 2024. “A atuação do Banco, juntamente com outras ações do governo do presidente Lula, foi decisiva para a expansão da

economia do estado”, avaliou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. “Esse resultado ficou bem acima do crescimento do PIB nacional, que também foi expressivo, de 3,4%, superando todas as previsões dos analistas, do mercado, do boletim Focus [publicação do Banco Central], e do FMI”.

A maior parte dos financiamentos atendeu micro, pequenas e médias empresas: R\$ 14,2 bilhões aprovados em 9.443

operações, com R\$ 10,5 bilhões já desembolsados. Nas 549 operações com grandes empresas, as aprovações somam R\$ 8,6 bilhões e os desembolsos chegam a R\$ 5,6 bilhões. Do total de crédito aprovado, R\$ 17,5 bilhões foram destinados a capital de giro, R\$ 2 bilhões a investimento e reconstrução e R\$ 3,2 bilhões à aquisição de máquinas e equipamentos, em 7.077, 127 e 2.788 operações, respectivamente.

Ajuda do setor privado para o SUS

Walterson Rosa/MS

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou nesta terça-feira (29) que o Governo Federal está desenvolvendo um novo modelo de gestão para reduzir o tempo de espera por atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta prevê a ampliação de parcerias com hospitais privados, operadoras de planos de saúde e estruturas da medicina suplementar, com o objetivo de acelerar o acesso da população a consultas especializadas, exames e cirurgias.

O anúncio foi feito após reunião com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. “Eu vim aqui hoje apresentar ao presidente Lula um quadro geral dos nossos esforços para garantir o atendimento de qualidade e no tempo certo para os usuários do SUS, que, como vocês sabem, é uma obsessão deste governo”, afirmou Padilha.

De acordo com o ministro, a ideia é aproveitar a capacidade instalada — muitas vezes ociosa — dos hospitais e am-



Padilha quer serviços com qualidade e agilidade

bulatórios privados. Um estudo inédito, realizado em parceria com a Faculdade de Medicina da USP e que será divulgado nos próximos dias, aponta uma forte concentração de médicos e médicas especialistas na rede privada de saúde, muitas vezes em instituições que não prestam atendimento ao SUS.

“Um dos principais compromissos do presidente Lula é garantir que a população brasileira tenha acesso ao atendimento médico especializado

no tempo certo, especialmente em casos graves como o câncer. Para cumprir essa meta, estamos trabalhando em um redesenho estratégico das parcerias com o setor privado, com o objetivo de ampliar a oferta de serviços e reduzir o tempo de espera no Sistema Único de Saúde”, destacou Padilha.

A medida visa garantir o cumprimento dos prazos legais de atendimento, como o diagnóstico de câncer em até 30 dias e o início do tratamento em até

60 dias. “Queremos mudar essa realidade. Isso significa integrar mais esses profissionais e serviços ao atendimento público. O importante é garantir que o cidadão receba o cuidado de que precisa, no tempo certo e com qualidade. Essa é a nossa obsessão e vamos seguir trabalhando firmemente para alcançar esse objetivo”, completou o ministro.

Durante a pandemia, muitos procedimentos foram adiados, o que gerou um represamento de cirurgias, exames e diagnósticos que hoje pressionam o sistema público. Segundo Padilha, a integração com o setor privado é fundamental para enfrentar esse passivo com eficiência e agilidade.

O presidente Lula autorizou que o Ministério da Saúde, em conjunto com a Casa Civil e outros ministérios, avance na construção de propostas concretas. “Estamos montando essas iniciativas e esperamos anunciá-las em breve, honrando o compromisso do presidente Lula”, ressaltou Padilha.

STF

STF rejeita pedido para derrubar muro na Cracolândia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou o pedido do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para que a Prefeitura de São Paulo derrube um muro erguido na região conhecida como “Cracolândia”, no centro da cidade. A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, que trata da população em situação de rua do país, da qual o ministro é relator.

No pedido, o PSOL relatava que a prefeitura construiu um muro de alvenaria de cerca de 40m de extensão e 2,5m de altura na Rua General Couto Magalhães.

STJ

EPI afasta risco laboral para fins de aposentadoria

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.090), definiu que a anotação positiva sobre o uso adequado de equipamento de proteção individual (EPI) descaracteriza, em princípio, o risco laboral para fins de reconhecimento de tempo de aposentadoria especial. O colegiado também estabeleceu que cabe ao trabalhador, autor da ação previdenciária, demonstrar a eventual ineficácia do EPI, mas a conclusão deve ser favorável a ele em caso de divergência ou dúvida. Com a fixação das teses jurídicas, podem voltar a tramitar os processos que discutem a mesma matéria.

TSE

Carmem Lucia acompanha eleições em Goiana (PE)

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, visitou nesta segunda-feira (28), em Recife (PE), a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Na ocasião, a ministra se reuniu com o presidente do Regional, desembargador Cândido José da Fonte Saraiva, e acompanhou os preparativos para a realização da eleição suplementar de Goiana (PE), que ocorre no domingo (4), para o cargo de prefeito. No domingo (4), 65,2 mil eleitoras e eleitores retornam às urnas eletrônicas para escolher aqueles que ocuparão os cargos de prefeito e vice-prefeito do município até o final de 2028.

TCU

Inscrições para mestrado em administração pública

As inscrições para o Mestrado Profissional em Controle da Administração Pública, oferecido pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC), a Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), estão abertas até 25 de maio. Podem participar da seleção servidores e empregados públicos efetivos da administração pública direta ou indireta, com diploma de nível superior. No total são 20 vagas, das quais 13 direcionadas para ampla concorrência e as demais divididas de acordo com a Lei 14.723/2023 (quatro para candidatos autodeclarados negros, uma para indígenas, uma para quilombolas e uma para pessoa com deficiência).